www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 27. Da desregulação ao desmonte: ataques às políticas ambiental, indigenista, quilombola e dos demais povos tradicionais

Coordenador(es):
Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)
Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 1 - Mobilizações e articulações no contexto de políticas anti-indígenas
Debatedor/a: Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Sessão 2 - Dinâmicas estatais e corporativas atuais: desregulação, desmanche ambiental e criminalização
Debatedor/a: Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 3 - Legibilidades e ilegibilidades: dispositivos de reconhecimento de direitos e pacificação do dissenso
Debatedor/a: Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Nos últimos anos, processos de desregulação ambiental, os quais compreendem a flexibilização das leis relacionadas à gestão-proteção ambiental e aos direitos territoriais indígenas e de comunidades tradicionais visando à intensificação da exploração dos recursos naturais, configuram ameaças aos direitos constitucionais. A radicalização dessa tendência ocorre desde a posse do atual governo federal, com sucessivas medidas voltadas para o desmonte das instituições encarregadas das referidas políticas. Na área ambiental, registra-se o aumento do desmatamento na Amazônia, ataques ao IBAMA, ao ICMBio e a revisão da Lei Geral do Licenciamento. O desmonte da política indigenista revela-se no enfraquecimento da FUNAI e nas invasões de territórios indígenas. Intensificam-se medidas para reestruturar o mercado de terras e violar os direitos, com a consequente criminalização de indígenas, comunidades tradicionais e antropólogos que defendem esses direitos. Ao mesmo tempo, as lutas dos povos tradicionais enfrentam essas violações. A eleição da primeira deputada federal indígena que mobiliza forças políticas contra as violências; a marcha das mulheres indígenas; a mobilização dos povos do cerrado são algumas frentes. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que possam dialogar com a temática, tanto na perspectiva de apontar as violências das afetações advindas das políticas de desmonte, como as iniciativas que se organizam para defender outras formas de viver e de projetar o futuro.

A relação do Povo Baniwa com os recursos naturais

Autoria: Franklin Paulo Eduardo da Silva (SEDUC AM), Valkíria Apolinário

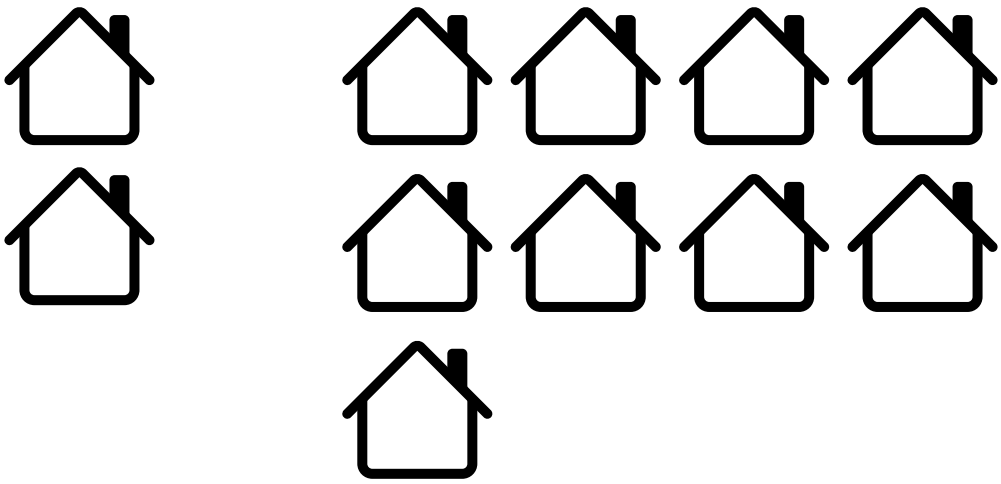
RESUMO Nos últimos anos, os povos nativos brasileiros voltaram a ser os principais alvos de ataques do Governo Federal Brasileiro. As estratégias são as mesmas desde a chegada dos europeus aos continentes americanos (520 anos trás) até hoje em dia. Emparedam os povos indígenas diante da população brasileira como principais empecilhos ao desenvolvimento econômico, tecnológico e social do país. Que os povos indígenas não são civilizados, que vivem em misérias econômicas e outras formas de incentivar a população contra os povos nativos. A partir da outorga da Constituição de 1988 até em meados dos anos de 2014 esses ataques têm se desacelerados levemente, mas a partir do ano seguinte (de 2015 para cá) esses ataques voltaram a crescer em todos os sentidos e ritmos. Esses ataques têm dividido as opiniões públicas: uma parcela a favor desses ataques e a outra parcela contra. Entre as próprias populações nativas essas divisões

 ISBN: 978-65-87289-08-3

também ocorrem, uma parte a favor e outra contra. Diante dessas situações é necessário que os intelectuais indígenas, não-indígenas e todos/as aqueles/as que discordam dos ataques do Governo Federal, comecem a se mobilizar e trabalhar conscientização das populações brasileiras. Pois os povos indígenas não são culpados do decrescimento econômico, tecnológico e social do país. A civilização não é a invenção dos povos nativos para que haja civilizados ou não civilizados, assim como não são culpados pela pobreza e riqueza de um país. A culpa é daqueles que vêm os recursos naturais (terras, florestas, minérios, águas, animais, etc.) como matérias primas para riqueza monetária e nada mais além disso. A culpa é daqueles que inventaram os conceitos e classificações sociais a partir do ponto de vista capitalista. Os povos nativos nunca foram e não serão pobres, assim como foram e serão ricos, monetariamente. Os povos nativos não veem os recursos naturais como não-indígenas os veem, mas como meios e condições para existências e sobrevivência humana no planeta terra. Esse é o conceito e visão de mundo e dos povos nativos, por isso, a sua vida é ligada à natureza, conectada a terra, floresta, rios, lagos e todos os recursos que a natureza possa oferecer. Essa é a visão e relação do povo Baniwa que se pretende apresentar nesse GT.

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**